



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO

EDITAL Nº 53/2022

REGULAMENTO DO PROCESSO DE CONSULTA À COMUNIDADE PARA ESCOLHA DE DIRETOR-GERAL DO *CAMPUS* SANTA MARIA DA BOA VISTA DO INSTITUTO FEDERAL SERTÃO PERNAMBUCANO.

CAPÍTULO I

DOS PROCESSOS DE CONSULTA E ELEIÇÃO

Art. 1º O presente regulamento tem por objetivo normatizar os procedimentos de consulta à comunidade para escolha de Diretor-Geral *pro tempore*, do *campus* Santa Maria da Boa Vista, do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, para cumprimento do período correspondente ao restante do mandato do diretor anterior, o qual se encerra em 2024, conforme a Lei 11.892/2008 e Decreto no 6.986/2009.

Art. 2º A escolha de Diretor-Geral dos campi do Instituto Federal Sertão Pernambucano dar-se-á mediante processo de consulta à comunidade, por votação secreta e uninominal, em um único turno.

Art. 3º Segundo a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 será atribuído o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.

I - O nome escolhido para o cargo de Diretor-Geral de Campus será nomeado pelo(a) Reitor(a) do IF SERTÃOPE, conforme artigo 13 da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

Art. 4º O cronograma do processo de consulta à comunidade para a escolha de Diretor-Geral do campus do Instituto Federal Sertão Pernambucano encontra-se no ANEXO I.

CAPÍTULO II

DO FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 5º No exercício de suas atribuições a Comissão Eleitoral do *Campus* deverá obedecer o disposto no Art. 11º e 12º do Edital 53/2022.

Art. 6º A Comissão Eleitoral foi instituída conforme Edital nº 47, de 07 de junho de 2022.

I - a Comissão Eleitoral será dirigida por seu presidente, que contará com o auxílio direto do



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO**

vice-presidente e secretário.

II - em caso de ausência do presidente, o vice-presidente o substituirá automaticamente.

Art. 7º As reuniões das Comissões Eleitorais deverão ser formalmente convocadas por suas presidências, por meios impressos ou eletrônicos, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

I - serão convocados os membros titulares e suplentes, permitindo-se a votação dos últimos, no caso de ausências dos primeiros.

II - o *quorum* mínimo para tomada de decisões das Comissões Eleitorais será preferencialmente de 50% mais um, do número total dos seus membros.

III - a ordem dos trabalhos das reuniões deverá ter início com uma primeira chamada dos membros. Decorridos 30 minutos do início dos trabalhos, caso não tenha sido atingido o *quorum* acima referido, uma segunda chamada deverá ser realizada, após a qual as decisões serão tomadas por maioria simples dos presentes.

IV - para efeitos de decisão, o número mínimo de presentes às reuniões não poderá ser inferior a três membros.

Art. 8º Todas as reuniões das comissões deverão ser lavradas em atas que serão assinadas por todos os presentes.

I - as reuniões poderão ser realizadas de forma presencial e/ou através de videoconferência.

II - os participantes a distância validarão o conteúdo das atas das reuniões através de email cadastrado junto a comissão.

Art. 9º O *Campus/Reitoria* deverá oferecer à comissão os meios necessários (deslocamentos, diárias, materiais, equipamentos e quaisquer outros que se fizerem necessários) para a operacionalização das normas do processo eleitoral.

CAPÍTULO III

DA ESCOLHA DE DIRETOR-GERAL

Art. 10. O processo de consulta à comunidade para escolha de Diretor-Geral do campus do Instituto Federal Sertão Pernambucano será coordenado pela Comissão Eleitoral, dentro das normas legais e por este regulamento.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO**

SEÇÃO I

Dos requisitos para candidatura

Art. 11. De acordo com o art. 13, §1o, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, poderão candidatar-se ao cargo de Diretor-Geral os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da Carreira dos Técnico– Administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 05 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica, e que se enquadrem em, pelo menos, uma das seguintes situações:

I - possuir o título de doutor; ou

II - estar posicionado nas Classes D IV ou D V da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, ou na Classe de Professor Associado da Carreira do Magistério Superior; ou

III - possuir o mínimo de 02 (dois) anos de exercício em cargo ou função de gestão na instituição; ou

IV - ter concluído, com aproveitamento, curso de formação para exercício de cargo ou função de gestão em instituições da administração pública.

Art. 12. O servidor que possuir 02 (duas) matrículas só poderá candidatar-se para um único cargo neste edital.

SEÇÃO II

Das inscrições

Art. 13. Os candidatos ao cargo de Diretor-Geral deverão entregar no ato da inscrição, sob pena de indeferimento da candidatura, os seguintes documentos, devidamente assinados:

I - ficha de inscrição do candidato (Anexo II);

II - documentos comprobatórios do art. 13 da lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 para Diretor(a)-Geral;

III - plano de trabalho;

IV- certidão de tempo de serviço fornecida pela Diretoria de Gestão de Pessoas ou pelo Setor de Gestão de Pessoas;

V - cópia de identificação oficial com foto;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO**

VI - certidão de antecedentes criminais, Federal e Estadual, com abrangência sobre os municípios onde o candidato tenha residido nos últimos 5 anos (para fins de verificação de eventual condenação definitiva, por prática de crimes contra a administração pública, previstos no Título XI do Decreto-Lei 2.848/40 - Código Penal);

VII - certidão negativa de dívida ativa da União;

VIII - declaração do setor de Gestão de Pessoas do referido campus atestando que o servidor não sofreu penalidade disciplinar de advertência nos últimos três anos e nenhuma das demais penalidades nos últimos cinco anos;

IX - comprovante de quitação com as obrigações eleitorais;

X - certidão negativa civil Federal e Estadual, com abrangência sobre os municípios onde o candidato tenha residido nos últimos 5 anos, (para fins de verificação de eventual condenação definitiva por ato de improbidade administrativa);

XI - certidão de antecedentes criminais eleitorais (para fins de verificação de eventual impedimento ao exercício de cargo na administração pública constante na sentença).

Parágrafo único. O candidato deverá possuir todos os requisitos exigidos para a candidatura até o último dia das inscrições.

Art. 14. Os prazos de início e término das inscrições para as candidaturas estão estabelecidos no cronograma contido no Anexo I, cujos horários serão de **9h às 12h e 14h às 17h**.

Art. 15. As inscrições serão feitas pessoalmente ou por procuração específica, junto a Comissão Eleitoral do *Campus* para o cargo de Diretor-Geral, mediante a utilização de formulário próprio, que deverá ser assinado pelo candidato ou procurador, perante pelo menos dois membros da Comissão Eleitoral e entregue com a documentação exigida no Art. 13.

I - na inscrição por procuração, o instrumento de mandato deverá ser entregue com reconhecimento de firma em cartório, juntamente com cópia de um documento de identificação oficial com foto do candidato e de seu procurador;

II - no ato da entrega do formulário preenchido e assinado pelo candidato ou procurador, será fornecido recibo (Anexo III) constando a data e horário em que a inscrição foi efetivada.

III - encerrado o prazo das inscrições, os documentos serão analisados pela comissão eleitoral, para fins de deferimento.

IV - no caso de indeferimento de inscrição, caberá recurso, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação, perante a respectiva comissão eleitoral, a quem cabe reconsiderar sua decisão e reformá-la, ou no mesmo prazo encaminhá-la ao Conselho Superior, que neste caso



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO**

decidirá no prazo de 02 (dois) dias úteis, não cabendo mais recurso.

V - no caso de deferimento de inscrição, caberá impugnação, com pedido de cancelamento da inscrição, sem efeito suspensivo até a decisão final, por parte dos demais candidatos, que tiveram a inscrição deferida, no prazo de 01 (um) dia útil a contar da publicação, que será apresentada a comissão eleitoral.

VI - será concedido ao candidato que teve a candidatura impugnada o prazo de 02 (dois) dias úteis para a apresentação da defesa, na hipótese do parágrafo anterior, cabendo à comissão manter a inscrição dele ou inferi-la. Em caso de indeferimento da inscrição, será concedido ao candidato o prazo de 02 (dois) dias úteis para interposição de recurso, cabendo à comissão reconsiderar, ou manter, sua decisão de indeferimento, devendo neste último caso, encaminhar o recurso ao Conselho Superior, que neste caso decidirá no prazo de 02 (dois) dias úteis, não cabendo mais recurso.

Art. 16. No formulário de inscrição o candidato declarará ter conhecimento e estar de acordo com as normas constantes deste Regulamento.

Art. 17. É vedada a inscrição por correspondência ou e-mail ou extemporânea.

Art. 18. É vedada a inscrição de pessoas que se enquadrem em uma das situações descritas nos arts. 81, 82, 84 a 95 da Lei nº 8.112/90, a saber:

I - licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;

II - licença para serviço militar;

III - licença para atividade política;

IV - licença para capacitação;

V - licença para tratar de interesses particulares;

VI - licença para desempenho de mandato classista;

VII - afastamento para servir a outro órgão ou entidade;

VIII - afastamento para exercício de mandato eletivo;

IX- afastamento para estudo ou missão no exterior.

SEÇÃO III

Da Consulta à Comunidade

Art. 19. A classificação dos candidatos dar-se-á atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, 1/3 (um terço) para a manifestação dos técnico-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO

administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente, de acordo com os artigos 12 e 13 da Lei 11.892/2008 e do art. 10 do Decreto 6.986/2009.

Art. 20. Nas variáveis descritas a seguir considere-se para Diretor-Geral o número de representantes de cada segmento no respectivo *Campus*, em relação ao total de eleitores aptos a votar, com as seguintes fórmulas:

I - seja:

$$T = \left(\sum_{1}^{K} C_i \right) + B + N = 100\%$$

tal que:

T o percentual total de votos;

k o número total de candidatos;

C_i o percentual de votos obtido pelo Candidato *i*, para $1 \leq i \leq k$;

B o percentual de votos brancos;

N o percentual de votos nulos.

II- percentuais de votos obtidos pelo Candidato "i" :

$$C_i = \left(\frac{1}{3} \times \frac{A_i}{A_t} + \frac{1}{3} \times \frac{D_i}{D_t} + \frac{1}{3} \times \frac{E_i}{E_t} \right) \times 100$$

A_i - números de votos obtidos pelo candidato "i" no segmento técnico-administrativo;

D_i - número de votos obtidos pelo candidato "i" no segmento docente;

E_i - número de votos obtidos pelo candidato "i" no segmento discente;

A_t - número total de eleitores técnico-administrativos;

D_t - número total de eleitores docentes;

E_t - número total de eleitores discentes.

III - percentual de votos brancos:

$$B = \left(\frac{1}{3} \times \frac{A_b}{A_t} + \frac{1}{3} \times \frac{D_b}{D_t} + \frac{1}{3} \times \frac{E_b}{E_t} \right) \times 100$$



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO

Ab - números de votos brancos do segmento técnico-administrativo;

Db - número de votos brancos do segmento docente;

Eb - número de votos brancos do segmento discente;

At - número total de eleitores técnico-administrativos;

Dt - número total de eleitores docentes;

Et - número total de eleitores discentes.

IV - percentual de votos nulos:

$$N = \left(\frac{1}{3} \times \frac{A_n}{A_t} + \frac{1}{3} \times \frac{D_n}{D_t} + \frac{1}{3} \times \frac{E_n}{E_t} \right) \times 100$$

An - números de votos nulos do segmento técnico-administrativo;

Dn - número de votos nulos do segmento docente;

En - número de votos nulos do segmento discente;

At - número total de eleitores técnico-administrativos;

Dt - número total de eleitores docentes;

Et - número total de eleitores discentes.

V - o percentual de votação final de cada candidato será obtido pela média ponderada dos percentuais alcançados em cada segmento.

VI - para o cálculo do percentual obtido pelo candidato em cada segmento, será considerada a razão entre a votação obtida pelo candidato no segmento, e o **quantitativo total de eleitores aptos a votar do segmento**.

VII - o índice percentual de votação será calculado com aproximação de 0,01, seguindo a seguinte regra: se a terceira casa após a vírgula for um número maior ou igual a 5, arredonda-se a segunda casa dessa dízima em uma unidade a mais. Se não, permanece o valor obtido até a segunda casa após a vírgula.

VIII - o número de abstenções será totalizado através da comparação das listas de eleitores aptos a votar e o número de votantes.

IX - os registros da consulta à comunidade para escolha de Diretor-Geral do *campus* Santa Maria da Boa Vista do Instituto Federal Sertão Pernambucano serão relatados na Ata da



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO**

Consulta à Comunidade (Anexo V).

X - entende-se por eleitores aqueles aptos a votar de acordo com o art. 21 deste regulamento e por votantes os eleitores que efetivamente votaram.

SEÇÃO IV

Dos eleitores

Art. 21. São eleitores para o cargo de Diretor-Geral do *Campus* todos os servidores que compõem o Quadro de Pessoal Ativo Permanente, bem como os alunos regularmente matriculados nos cursos de ensino médio, técnico, de graduação e de pós-graduação, presenciais ou a distância no respectivo *Campus*. Os eleitores deverão ostentar esta condição até um 01 (um) dia útil antes do dia de divulgação da lista de eleitores, de acordo com cronograma (ANEXO I).

Parágrafo Único. De acordo com o art. 9º, inciso I do Decreto 6.986/2009, não poderão participar do processo de consulta:

- a) funcionários contratados por empresas de terceirização de serviços;
- b) ocupantes de cargos de direção sem vínculo permanente com a instituição; e
- c) professores substitutos, contratados com fundamento na Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

Art. 22. Cada eleitor terá direito apenas a um voto.

I - pertencendo o eleitor a mais de um segmento, votará no segmento com menor número de eleitores.

II - o eleitor da categoria discente que estiver matriculado em mais de um curso, votará apenas uma vez utilizando a matrícula mais antiga.

III - o servidor que desempenha cargo de direção ou chefia deverá votar em seu *Campus* de origem.

SEÇÃO V

Da campanha eleitoral

Art. 23. Dentro da Instituição será permitida a divulgação dos programas dos candidatos, por meio de debates, entrevistas, distribuição de material impresso, afixação de cartazes, faixas e qualquer outro meio legal, desde que previamente autorizada pela Comissão, em locais por

ela determinados, garantindo a igualdade de oportunidade a todas as candidaturas, de acordo com normas estabelecidas por este regulamento, conforme anexo IV.

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral não será responsável pela fiscalização de qualquer ato de propaganda eleitoral, fora das dependências do *Campus*.

Art. 24. A Comissão Eleitoral disponibilizará calendário de debate, garantindo um debate entre os candidatos a Diretor-Geral no *Campus*.

I - as regras dos debates oficiais serão definidas pela Comissão Eleitoral com a participação dos candidatos ou representantes por eles indicados.

II - caso haja interesse de apenas um candidato este poderá solicitar a conversão do debate em entrevista ou o seu cancelamento.

Art. 25. A apresentação e divulgação dos programas dos candidatos aos Discentes, Servidores Técnico-administrativos e Docentes deverão realizar-se em dias, horários e locais, prévia e expressamente ajustados com a Comissão Eleitoral, garantindo a igualdade de oportunidade a todos os candidatos inscritos.

I - as atividades dos candidatos referidos no caput deste artigo serão fiscalizadas por pelo menos 01 (um) membro da Comissão Eleitoral Local;

II - é proibido ao candidato fazer campanha dentro do campus, durante as atividades regulares nos espaços administrativos e educacionais (salas de aula, laboratórios e congêneres).

Art. 26. É vedado durante a campanha eleitoral, sob qualquer pretexto:

I - fixação de cartazes e distribuição de textos contendo expressões, alusões ou frases ofensivas à honra e/ou a dignidade pessoal ou funcional de qualquer membro da comunidade;

II - perturbação dos trabalhos didáticos, científicos e administrativos, nos *campus*, nos polos de curso a distância e unidades de extensão providas pelo *Campus*;

III - comprometimento da estética e limpeza dos prédios, especialmente pichações em instalações físicas e distribuição de “santinho político”.

IV - utilização, direta ou indireta, de recursos financeiros públicos, materiais ou patrimoniais para cobertura de campanha eleitoral, sob pena de cancelamento da inscrição da candidatura, ficando ressalvadas as promoções de iniciativa da Comissão Eleitoral, garantida a igualdade de oportunidade de todas as candidaturas homologadas;

V - incitação de movimentos que perturbem o desenvolvimento de quaisquer atividades;

VI - visitas dos partidários sem a presença do candidato as instalações de aprendizagem, pesquisa e aos setores administrativos para tratar de campanha eleitoral;

VII - visitas dos candidatos, sem a autorização da Comissão Eleitoral competente, as instalações de aprendizagem, pesquisa e aos setores administrativos para tratar de campanha eleitoral;

VIII - ataques a quaisquer órgãos e entidades federais, bem como a seus servidores e dirigentes;

IX - utilização de qualquer logomarca já utilizada ou em uso pela Instituição em material de campanha do candidato;

X - utilização do e-mail institucional ou qualquer outro meio de comunicação oficial da instituição para fins de campanha eleitoral;

XI - prática de campanha eleitoral por qualquer servidor durante as suas atividades;

XII - visitas dos candidatos e partidários, independente do cargo ocupado pelo visitante, durante o período do pleito, em qualquer setor do IFSERTÃOPE, sem prévia autorização das chefias para tratar de campanha eleitoral;

XIII - utilização de carro de som e *outdoors* nas dependências do IFSERTÃOPE;

XIV - aos ocupantes de Cargos de Direção, Chefia, Assessoramento, Função Gratificada, ou participantes de Órgão de Deliberação Coletiva, no uso de sua função, beneficiar ou prejudicar qualquer candidato ou eleitor;

XV - realizar e divulgar qualquer tipo de pesquisa eleitoral;

XVI - distribuir brindes personalizados, tais como: camisas, bonés, chaveiros, entre outros.

SEÇÃO VI

Das medidas disciplinares

Art. 27. Consideram-se infrações eleitorais, a prática de ações proibidas descritas neste regulamento, tanto por eleitores quanto por candidatos e que atingem o processo de consulta ao longo de sua marcha.

I - os servidores infratores estarão sujeitos às penalidades previstas na Lei 8.112/90, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

II - os discentes infratores estarão sujeitos às penalidades previstas nas Normas Disciplinares para o Corpo Discente do IFSERTÃOPE, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

Art. 28. O candidato que não cumprir as normas estabelecidas neste Regulamento será advertido por escrito pela Comissão Eleitoral, sendo que a sua candidatura será cancelada por ocasião da terceira advertência, sem prejuízo do estabelecido no inciso I do Art. 27.

Parágrafo único. Logo em seguida a imposição da terceira advertência, será aplicada a penalidade de cancelamento de candidatura.

Art. 29. As pessoas que não se enquadram no Artigo 27 estarão sujeitas às responsabilidades civil e penal.

SEÇÃO VII

Da votação

Art. 30. A lista de votantes será publicada no dia 02 de agosto de 2022 no site institucional: <https://www.ifsertao-pe.edu.br/>.

Parágrafo único. Os servidores e alunos que possuírem 2 (duas) matrículas em cursos de modalidades diferentes só poderão votar uma única vez. Caso vote utilizando as duas matrículas, terá ambos os votos invalidados.

Art. 31. A votação será de forma remota, via plataforma SUAP, e dar-se-á mediante os seguintes procedimentos:

I - selecionar o campo “Votar” situado embaixo do nome do candidato da sua preferência;

II - na lista de candidatos haverá um como nome ‘Anular voto’ e outro como nome ‘Voto em branco’ respectivamente. Se o eleitor desejar uma dessas alternativas precisa escolher e selecionar o campo “votar”;

III - votação concluída, seu “Comprovante de Votação” será exibido na tela.

Art. 32. A lisura do processo de contagem dos votos será garantida pela plataforma SUAP.

Art. 33. O Processo de votação será no dia 03 de agosto de 2022, das 08:00h às 23:59h, por meio da plataforma SUAP.

Parágrafo único. A votação poderá ser prorrogada por 24 horas em caso de instabilidade no Sistema SUAP, seja por falta de energia elétrica na unidade ou outro evento resultante de caso fortuito ou força maior.

Art. 34. A apuração dos votos dar-se-á automaticamente ao término da votação.

Art. 35. Nenhum servidor estranho à Comissão Eleitoral, responsável pelo pleito, poderá intervir em seu funcionamento.

Art. 36. Os atos praticados pela comissão possuem presunção de veracidade e de fé pública, e, em caso de contestação do resultado da eleição, os fatos deverão ser fundamentados e comprovados por aquele que impugnar.

SEÇÃO VIII

Da publicação dos resultados

Art. 37. Em caso de empate na totalização dos votos, serão considerados como critérios de desempate, nessa ordem:

- a) o maior tempo de vínculo, no IFSERTÃOPE;
- b) o maior tempo de serviço público; e
- c) a maior idade.

I - em caso de candidatura única, o candidato deverá obter, na totalidade, 50%+1 (cinquenta por cento mais um) do total de votos, o que inclui: os votos no candidato, brancos e nulos.

II - caso o candidato único não atinja o percentual exigido no parágrafo anterior, haverá novo processo de consulta, que deverá ser finalizado dentro do prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da homologação do resultado final, não podendo o pleiteante candidatar-se novamente no pleito seguinte.

III - a ata do resultado da apuração, devidamente assinada pelo presidente da Comissão Eleitoral ou seu substituto, será enviada ao Conselho Superior, para homologação e publicação após a análise de eventuais recursos.

SEÇÃO IX

Dos recursos e disposições finais

Art. 38. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Eleitoral e pela Reitora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sertão Pernambucano.

Art. 39. Ao término do processo eleitoral, para escolha do Diretor Geral, o resultado deverá ser homologado pelo CONSUP.

Art. 40. A Comissão encerrará as suas atividades com a publicação do resultado final e o

envio de toda a documentação relativa ao pleito para a presidência do CONSUP.

Art. 41. A posse do novo Diretor Geral será dada na primeira reunião do CONSUP a ser realizada após a conclusão do processo eleitoral.

Art. 42. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. Haverá duas Seções Eleitorais eletrônicas no campus à disposição dos eleitores, previamente divulgada pela Comissão Eleitoral.

Art. 43. As listas nominais de votação serão fornecidas pela Secretaria de Controle Acadêmico e pelo Setor de Gestão de Pessoas, ambas referendadas pelos respectivos responsáveis em prazo estabelecido pela Comissão Eleitoral.

Parágrafo único. Todo o material utilizado nas seções será entregue ao Presidente da Comissão Eleitoral ou seu representante.

Art. 44. Os candidatos, respectivos cônjuges ou companheiros e demais parentes até o segundo grau consanguíneo ou afim, não poderão compor ou auxiliar a Comissão Eleitoral.

Art. 45. Fica vedado nas dependências da Instituição, no dia da eleição:

I - uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreatas;

II - arregimentação de eleitor ou a propaganda de boca de urna;

III - distribuição de qualquer espécie de propaganda de candidatos.

Art. 46. Na dependência do *campus*, inclusive nos locais reservados para votação, só será permitida a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por candidato, incluída a que se contenha no próprio vestuário ou pela utilização de adesivos em veículos ou objetos de que tenha posse.

Art. 47. O sigilo do voto será assegurado:

I - pelo isolamento do eleitor em cabine indevassável;

II - pela proibição do uso de equipamentos eletrônicos, como máquinas fotográficas, celulares e similares no local de votação.

SEÇÃO X

Dos Fiscais

Art. 48. Cada candidato poderá indicar a Comissão Eleitoral 01 (um) fiscal para a seção de votação e 01 (um) para a apuração.

Art. 49. A Comissão Eleitoral fornecerá, aos fiscais de votação e apuração, credencial contendo o nome do fiscal e a seção para a qual foi indicado.

Parágrafo único. Será obrigatório o uso da credencial pelo fiscal.

Art. 50. Apenas um fiscal de cada candidato poderá permanecer no local de votação.

Art. 51. A ausência de fiscais não impedirá a comissão eleitoral de iniciar ou dar continuidade aos trabalhos.

Art. 52. É atribuição dos fiscais a observância do andamento da eleição, garantindo a moralidade do processo de votação e apuração, devendo comunicar por escrito qualquer irregularidade à Comissão Eleitoral.

Parágrafo único. Aos fiscais é vedado fazer boca de urna no local de votação e proximidades. A não observância deste dispositivo caberá o descredenciamento do fiscal pela Comissão Eleitoral.

SEÇÃO XI

Das denúncias e recursos

Art. 53. As denúncias relativas ao descumprimento deste regulamento deverão ser feitas pelo candidato, ou seu representante, e apresentadas à Comissão Eleitoral.

I - o representante deverá ser previamente inscrito junto à Comissão Eleitoral.

II - a denúncia deverá ser apresentada em duas vias e relatar fatos, indicando provas, indícios e circunstâncias, no prazo de até 01 (um) dia útil contado da ocorrência do ato que lhe deu origem.

Art. 54. Recebida a denúncia, a comissão Eleitoral, adotará um dos seguintes procedimentos:

I - rejeitará e arquivará a denúncia, uma vez verificada a inexistência de indícios mínimos de materialidade e autoria.

II - notificará o denunciado em até de 01 (um) dia útil para que, caso deseje, apresente defesa no prazo máximo de 01 (um) dia útil, contado da data do recebimento da notificação, desde que verificada a existência de indícios mínimos de materialidade e autoria, caso a conduta, supostamente infracional, tenha relação com a eleição para o cargo de Diretor-Geral.

III - quando a denúncia incluir mídia de imagem, áudio e/ou vídeo, estes deverão, obrigatoriamente, ser entregues à Comissão Eleitoral.

IV - transcorrido o prazo previsto no inciso II, apresentada ou não a defesa, a Comissão Eleitoral decidirá e fará publicar a decisão em até 01 (um) dia útil.

V - as decisões da Comissão Eleitoral deverão ser fundamentadas, sob pena de nulidade, e publicadas no prazo de 01 (um) dia útil.

VI - no caso de imposição de penalidade, caberá recurso no prazo de 01 (um) dia útil a contar da publicação, que será apresentada perante a Comissão Eleitoral responsável por sua imposição, a qual poderá reconsiderar sua decisão e reformá-la, ou no mesmo prazo encaminhá-la ao Conselho Superior, que neste caso decidirá no prazo de 2 (dois) dias úteis, não cabendo mais recurso.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 55. Para os efeitos dos prazos deste regulamento considerar-se-ão apenas os dias úteis, não se computando no prazo o dia do começo, incluindo-se, porém, o do vencimento.

I - o dia útil, para fins deste processo eleitoral, corresponde ao período entre 8 (oito) e 17 (dezesete) horas.

II - não serão considerados dias úteis os sábados, domingos e feriados.

III - não serão computados como dias úteis aqueles em que não houver atividade na instituição.

Art. 56. Qualquer membro do Conselho Superior que estiver concorrendo à eleição para Diretor-Geral estará impedido de apreciar questões relativas a este processo de consulta, devendo ser substituído por seu substituto legal.

Art. 57. O processo de consulta para escolha de Diretor-Geral do *Campus* Santa Maria da Boa Vista foi aprovado na 3ª Reunião Extraordinária do Conselho Superior, conforme a portaria nº 365, de 03 de junho de 2022.

Art. 58. O mandato do candidato escolhido para Diretor-Geral do *Campus* será para o término do quadriênio 2020-2024, nos termos dos dispositivos constantes na Lei nº 11.892/2008 de 20/12/2008 e Decreto nº 6.986 de 20/12/2009.

Art. 59. A deflagração do processo de consulta à comunidade para escolha de Diretor-Geral do Campus, se dará com a publicação deste edital.

Art. 60. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Eleitoral designada pela Portaria nº 403, de 17 de junho de 2022.

Art. 61. Este regulamento entrará em vigor a partir da data de sua publicação na página eletrônica do IF Sertão PE.

Cleber Thiago Ferreira Costa
Siape 2155897
Presidente da Comissão Eleitoral Local do IF Sertão PE

ANEXO I

CRONOGRAMA DO PROCESSO ELEITORAL

Ações	Data
Homologação da comissão central e local	17/06/22
Encaminhamento da minuta do edital à Procuradoria	22/06/22
Retorno do edital para correções	até 27/06/22
Aprovação do edital pelo Conselho Superior	05/07/22
Publicação do edital	05/07/22
Período de inscrições de candidatos, perante a Comissão Eleitoral	06/07 a 08/07/22
Publicação da lista de inscritos	08/07/22
Período para apresentação de recursos e impugnações	11/07 a 12/07/22
Publicação da lista final dos inscritos	até 12/07/22
Divulgação das seções de Votação e Fiscais	27/07/22
Reunião da comissão eleitoral com os candidatos ou representante por ele indicado	27/07/22
Período de apresentação e divulgação dos programas dos candidatos	a partir de 27/07/22
Período dos debates	01/08/22
Divulgação da lista de eleitores/local de votação e fiscais	02/08/22
Eleição/apuração	03/08/22
Divulgação do resultado	04/08/22
Período de interposição de recursos	05 e 06/08/22
Homologação dos resultados pelo Conselho Superior	12/08/22

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA CANDIDATOS AO CARGO DE DIRETOR-GERAL DO CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA.

PEDIDO DE REGISTRO DE CANDIDATURA E DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

À Comissão Eleitoral:

Inscrição: _____ nº _____

Cargo pleiteado: _____

Nome do(a) candidato(a): _____

Data de nascimento: ____/____/____

Cargo efetivo: _____

Matrícula SIAPE: _____

Portador(a) da carteira de identidade nº _____ Órgão expedidor: _____

Data de admissão*: ____/____/____

Unidade de lotação: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____

_____ CEP: _____

Telefone(s): _____

E-mail: _____

Nome na cédula de votação: _____

Declaro ter conhecimento do Decreto nº 6.986, de 20 e outubro de 2009, dos critérios para a investidura no cargo, conforme o Arts. 11 e 12 do Edital nº 53/2022 do IF SERTÃOPE, e estar ciente e de acordo com as normas do Processo de Consulta para a escolha de Reitor e de Diretor-Geral.

_____, de _____ de 2022.

Assinatura do candidato

DEFERIMENTO:

Eu, Cleber Thiago Ferreira Costa, Presidente da Comissão Eleitoral.

- Defiro a inscrição da Candidatura
- Indefiro a inscrição da Candidatura

Fundamentação:

Cleber Thiago Ferreira Costa Siape 2155897
Presidente da Comissão Eleitoral Local do IFSertãoPE

*Data de admissão na rede das instituições federais de educação profissional e tecnológica, conforme §1o do art. 12 e §1o do art. 13 da Lei 11.892/2008

ANEXO III

RECIBO

Recebi de _____, OS seguintes documentos:

- () Ficha de inscrição/ Declaração de anuência do candidato;
- () Documentação comprobatória, conforme Art. 12, § 1º, incisos I ou II ou Art. 13, § 1º incisos I, II ou III da lei nº 11.892/2008;
- () Cópia do Plano de Trabalho;
- () Cópia de um documento de identidade oficial com foto;
- () Declaração de tempo de efetivo exercício em Instituição Federal de Educação Profissional e Tecnológica, expedida pela Diretoria de Gestão de Pessoas;
- () Certidão de antecedentes criminais Estadual e Federal; ()

Certidão negativa da dívida ativa da União;

() Declaração de órgão de recursos humanos competente atestando que o servidor não sofreu penalidade disciplinar de advertência nos últimos três anos e nenhuma das demais penalidades nos últimos cinco anos;

() Comprovante de quitação com as obrigações eleitorais, ()

Certidão negativa civil Federal e Estadual;

() Certidão de antecedentes criminais eleitorais.

_____, de _____ de 2022, Às

_____ h e _____ min.

Responsável pela inscrição

Responsável pela inscrição

ANEXO IV

MATERIAL PERMITIDO PARA CAMPANHA ELEITORAL

I. A Comissão Eleitoral, visando uma disputa institucional mais racionalizada e garantindo a equidade de oportunidade aos candidatos, define como material de divulgação permitido os itens nas quantidades e padrões abaixo indicados:

Item	Padrão de Medidas Máximo	quantidade Permitida Campus/Reitoria
Faixa Horizontal	3 m x 0,80	02
Banners	1.20 x 0.80 m	04
Cartaz Modelo	A3	10
Adesivo de Peito	7 cm x 7 cm	Ilimitado
Adesivo para Carro (Tipo Externo/Interno)	30 cm x 30 cm	Ilimitado
Adesivo para Carro (Tipo Perfurado)	Medidas diversas	Ilimitado
Carta proposta	ente e verso 06 folhas	Ilimitado

II. Não será permitida, portanto, a distribuição de material impresso tais como Folders, Panfletos e “santinhos políticos” tornando o processo eleitoral limpo e de menor impacto do ponto de vista da poluição ambiental.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO**

Votos	Total de votos para Diretor-Geral			Porcentuais (C, B, N)
	Docentes	Técnico-Administrativos	Discentes	
Válidos				
Branco				
Nulos				
Total de votantes				

Nada mais tendo a registrar, assinam a presente Ata os membros abaixo

designados: Presidente: _____

Fiscais: _____

Membro: _____

Membro: _____

_____, de _____ de _____.

Cleber Thiago Ferreira
Costa Siape 2155897
Presidente da Comissão Eleitoral Local do IFSertãoPE